

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.378.836 - MG (2018/0263970-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE MURIAÉ
ADVOGADOS : ROGÉRIO DE FREITAS CALDAS - MG048916
LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO VASCONCELOS - MG118484
JESSICA CRISTINE ANDRADE GOMES E OUTRO(S) -
MG174178
THAMIRES ISABELLA PENA BRAMANTE - MG183373
AGRAVADO : EDUARDO LUIZ DE MORAES FERREIRA
ADVOGADO : EMILIO OLIVEIRA E SILVA - MG092501

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11 DO CÓDIGO DE PROCESSO. CONHECE-SE DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pelo MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

REEXAME NECESSÁRIO - APELAÇÕES CÍVEIS - RECLAMATÓRIA TRABALHISTA - SERVIDOR PÚBLICO - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA - REMESSA PARA JUSTIÇA ESTADUAL - MUNICÍPIO DE MURIAÉ - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - CARACTERIZAÇÃO - EXTENSÃO DO PEDIDO POR PRAZO NÃO REQUERIDO NA INICIAL - IMPOSSIBILIDADE - PROGRESSÃO NA CARREIRA - PREVISÃO NO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - EXIGÊNCIA DE AVALIAÇÃO ESPECIAL - OMISSÃO DO ENTE PÚBLICO - MANUTENÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MAJORAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - ALTERAÇÃO.

O adicional de insalubridade deve ser concedido quando há previsão

legal e provas de que o servidor público trabalha em condições insalubres.

O pedido do autor limita a lide, não sendo possível, em momento posterior e por meio de petição simples, requerer o autor a ampliação do período em que deseja perceber o adicional de insalubridade.

De acordo com o entendimento adotado no Incidente de Uniformização de Jurisprudência 1.0686.10.013441-6/002, enquanto o Administrador Público não promover a avaliação especial exigida para concessão da progressão, esse requisito deve ser dispensado.

Nas ações em que for vencida a Fazenda Pública, os honorários advocatícios devem ser arbitrados consoante apreciação equitativa do Magistrado, nos termos do § 4º. do art. 20 do CPC/1973, sendo admitida a compensação nos termos da Súmula 306 do STJ.

Nos termos da decisão proferida pelo STF no RE 870947/SE, no período anterior à vigência da Lei 11.960/2009, prevalece a forma de atualização ditada pela redação original do art. 1º.-F da Lei 9.494/1997 e, a partir de 30.6.2009, devem ser observados, exatamente, os ditames da Lei 11.960, de 2009 para atualização dos valores de condenações da Fazenda Pública.

Primeiro recurso não provido, segundo apelo parcialmente provido e reexame necessário prejudicado (fls. 470).

2. Os Embargos de Declaração opostos (fls. 486/494) foram rejeitados (fls. 497/508), por unanimidade.

3. Em suas razões recursais sustenta a parte agravante violação dos arts. 373, I, 376 do Código Fux, aduzindo, em suma, que a parte agravada não comprovou, diante da legislação local, o direito ao adicional de insalubridade.

4. Ao Apelo Raro foi negado seguimento pela Presidência do Tribunal de origem (fls. 543/544), sobrevivendo interposição de Agravo (fls. 547/556).

5. É o relatório.

6. É firme o entendimento adotado por esta Corte de que, quanto à alegação de cerceamento de defesa e de indevida inversão do ônus probatório, o art. 371 do Código Fux determina que o Juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento. Esclarece-se, ainda, que a fundamentação de uma decisão judicial, seja sentença, acórdão ou decisão interlocutória, é a exposição da atividade intelectual do Juiz, com base na lógica, diante do caso concreto.

7. Nesse contexto, surge o princípio, de cunho processual, do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, que garante ao Juiz decidir de acordo com a convicção formada pela análise do conjunto probatório, não sendo vinculado a nenhum tipo de prova ou argumentação.

8. A esse propósito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRODUÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. *Esta Corte possui entendimento assente de que é o magistrado o destinatário final das provas, podendo, com base em seu livre convencimento motivado, indeferir aquelas que considere dispensável à solução da lide.*

2. *O Tribunal de origem, em análise fático-probatória, concluiu pela desnecessidade da produção de prova testemunhal, visto que em nada acrescentaria à apuração dos fatos. Incidência, portanto, do óbice da Súmula 7/STJ.*

3. *Agravo interno não provido (AgInt no AREsp. 821.225/CE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 8.5.2017).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ÁGUA. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ÔNUS DA PROVA DA AUTORA. ART. 373, I, DO CPC/2015. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. *Com relação à alegada afronta da legislação estadual, registre-se que a sua análise é obstada em Recurso Especial, por analogia, nos termos da Súmula 280/STF: Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário.*

2. *Não se faz possível o exame da suscitada ofensa à Resolução 289/2003 da Agência Goiana de Regulação, porquanto o referido ato normativo não se enquadra no conceito de tratado ou lei federal de que cuida o art. 105, III, a, da CF.*

3. *A Corte local, soberana na apreciação das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluiu não ter ficado comprovado o dever de indenizar da parte contrária, pois a postulante não acostou aos autos provas irrefutáveis nesse sentido, valendo-se tão somente de fotos e de registros publicados nas redes sociais (fl. 268, e-STJ), motivo por que aplicou a regra do art. 373, I, do CPC/2015, segundo a qual cabe ao autor o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito.*

4. *Rever o entendimento consignado pelo acórdão recorrido quanto à ausência dos requisitos para o surgimento do dever de indenizar demanda revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível na via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.*

5. *Recurso Especial não conhecido (REsp. 1.695.499/GO, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 22.4.2019).*

2 2 2

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. *Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos 2 e 3/STJ).*

2. *Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à*

hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. *Na hipótese, quanto à violação dos artigos 373, I, do CPC/2015 e 186, 393 e 945 do Código Civil, não há como rever as conclusões firmadas pelas instâncias ordinárias, para excluir a responsabilidade da recorrente pelos danos morais e estéticos decorrentes do acidente de trânsito, sem a análise dos fatos e das provas dos autos, providência vedada no recurso especial, haja vista o óbice da Súmula 7/STJ.*

4. *A necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea a quanto pela alínea c do permissivo constitucional. Precedente.*

5. *Agravo interno não provido (AgInt no AREsp. 1.268.364/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 10.2.2019).*

9. Ante o exposto, conhece-se do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial do MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG.

10. Tendo em vista o disposto no art. 85, § 11 do Código Fux, fixam-se os honorários advocatícios recursais em 1% sobre o proveito econômico do presente Recurso, que deverão ser acrescidos ao montante total.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR